



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

ASSUNTO: Proposta delimitação da Área de Reabilitação Urbana do aglomerado urbano de Famalicão	INFORMAÇÃO N.º	93/07/2017
	DATA:	24/07/2017

DESPACHO:

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal da Nazaré,

Para cumprimento da determinação emanada por V. Ex.^a, ao abrigo do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), coloca-se à apreciação e deliberação do Executivo Municipal a proposta em anexo da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do aglomerado urbano de Famalicão.

Nazaré, 24 de julho de 2017

A chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico

Maria Teresa Quinto

**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILICÃO**

Índice

1. Memória Descritiva e Justificativa	2
1.1 Introdução	2
1.2 Critérios Subjacentes à Delimitação	2
1.2.1 Limites e Dados Estatísticos (Fonte: Censos 2011)	3
1.2.2 Caracterização	4
1.3 Estratégia	6
1.3.1 Enquadramento nas opções de desenvolvimento estratégico	6
1.3.1.1 Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT)	6
1.3.1.2 Plano Diretor Municipal da Nazaré (PDMN)	7
1.3.2 Opções Estratégicas	7
1.3.2.1 Eixos Estratégicos	7
1.3.2.2 Estratégias Específicas	8
2. Quadro de Benefícios Fiscais	8
2.1 Incentivos relativos aos impostos municipais sobre o Património	9
2.2 Outros Benefícios decorrentes do Estatuto dos Benefícios Fiscais	9
2.3 Outros Benefícios e Incentivos	10
2.4 Condicionantes	10
3. Planta de Delimitação da ARU do Aglomerado Urbano de Famalicão	12



**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILICÃO**

1. Memória Descritiva e Justificativa

1.1 Introdução

A presente proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do aglomerado urbano de Famalicão enquadra-se no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

A reabilitação urbana assume-se atualmente como uma componente indispensável da política de ordenamento do território, sendo elemento-chave de competitividade urbana, constituindo uma prioridade de intervenção da Câmara Municipal da Nazaré. Pretendem-se alcançar soluções coerentes entre os aspetos funcionais, económicos, sociais, culturais e ambientais das áreas a reabilitar.

A criação da ARU constitui-se numa verdadeira oportunidade para o desenvolvimento de um processo integrado e sustentável, melhorando as condições de utilização, redignificando o território e o seu tecido construído.

1.2 Critérios Subjacentes à Delimitação

A delimitação da ARU do aglomerado urbano de Famalicão considerou os seguintes critérios por forma à concretização dos objetivos estratégicos considerados para a ARU:

- a coerência com o diagnóstico resultante do tratamento de dados estatísticos;
- a coerência com instrumentos de gestão do território;
- o enquadramento dos principais elementos do património arquitetónico e cultural;
- a reabilitação dos núcleos primitivos e áreas envolventes, tendo em consideração a morfologia urbana, a idade e estado de conservação do edificado e a continuidade do usufruto do espaço público;
- potenciar a visão estratégica do município de reabilitação urbana de forma integrada e mobilizar a participação dos atores urbanos e do investimento privado na regeneração urbana.

**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILIÇÃO**

1.2.1 Limites e Dados Estatísticos (Fonte: Censos 2011)

A ARU do aglomerado urbano de Famalicão abrange uma área de 10 hectares, localiza-se no lugar de Famalicão, sede de freguesia, e compreende o núcleo original e a sua área de influência. Ao nível do concelho, e depois das Vilas da Nazaré e de Valado dos Frades, esta localidade é a que apresenta maior expressão ao nível da população residente e de número de alojamentos, sendo que, no que respeita ao limite da ARU, em 2011, apresentava 387 residentes para 309 alojamentos.

O parque edificado desta área era, à data dos censos, constituído por 270 edifícios. Destes, apenas 0,7%, ou seja, 2 edifícios, eram «principalmente não residenciais», e a esmagadora maioria, 96,7% dos edifícios tinha 1 ou 2 pisos, 3,3% tinham 3 ou 4 pisos e nenhum possuía 5 ou mais pisos. Daqui se conclui que os edifícios desta área são, quase na sua totalidade, de função residencial e de 1 ou 2 pisos, refletindo o forte peso da habitação unifamiliar neste núcleo. 30% dos edifícios, ou seja 81, são de construção anterior a 1971, sendo a maioria, 56,3%, de construção entre 1971 e 2000. Apenas 13,7% dos edifícios, ou seja 37, foram construídos no período 2001-2011.

No que respeita ao estado de conservação dos edifícios, mais de metade (53%) não carecem de reparação, e 56 (20,7%) necessitam de pequenas reparações. Ao invés, 21 edifícios (7,8%) encontram-se num estado muito degradado, assim como 20 (7,4%) e 30 (11,1%) dos edifícios necessitam de grandes e de médias reparações, respetivamente.

Dos 309 alojamentos, 308 são familiares e apenas 1 é coletivo, sendo que 70 (22,7%) dos alojamentos familiares encontravam-se vagos (indicador que não inclui as segundas residências). A relação residentes/alojamentos (1,25) indica a esmagadora proporção de alojamentos afetos a residência habitual e, simultaneamente, a fraca expressão dos alojamentos destinados ao uso sazonal e ao alojamento turístico.

No contexto da freguesia de Famalicão, a área desta ARU detém 22,24% da população residente na mesma, proporção que se explica pelo facto da freguesia ser constituída por vários lugares/aglomerados, onde a população se distribui pelos mesmos. Da população da ARU, 27,4% apresentam 65 ou mais anos, e apenas 14,5% têm menos de 15 anos, 106 e 56 indivíduos respetivamente, apresentando um índice de envelhecimento de 189,3, consideravelmente acima do da própria freguesia (158,3) e até à do próprio concelho (145).

O núcleo central do aglomerado urbano de Famalicão, abrangido pela presente ARU, concentra os principais serviços e comércio ao dispor nesta freguesia. Com uma forte tradição agrícola, este continua a ser um sector fundamental na base económica da freguesia, no entanto, o sector

PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILIÇÃO

secundário tem vindo a assumir um crescente protagonismo na mesma, sendo que, em 2011, das três freguesias do concelho, Famliação foi a que registou maior número de população empregada no sector secundário (34,5%). A presença da indústria transformadora assume um papel explicativo para esta realidade, empregando, no seu conjunto, uma considerável proporção da população da freguesia, assim como da própria ARU. No que respeita à área em análise, o setor terciário tem uma forte representação, tal como ao nível da freguesia (com uma proporção de 60,8%), com uma forte expressão da atividade de reparação de veículos automóveis e motociclos.

1.2.2 Caracterização

No sentido de uma breve caracterização do aglomerado em questão no que respeita à sua evolução urbanística e tipologias arquitetónicas, é importante uma análise da estrutura urbana do aglomerado, através de um breve enquadramento da sua evolução histórica e dos fenómenos de urbanização mais recentes, identificando a posição do núcleo face às redes urbana e viária.

As condições geográficas, o clima, as diferentes formas de ocupação, a natureza da envolvente física, e consequentemente, da vertente económica e da herança cultural, são fatores que condicionam o tipo de povoamento, a tipologia de habitação e os materiais de construção utilizados.

A ARU do aglomerado urbano de Famliação dista 8 km da sede de concelho, e apenas 5 km de S. Martinho do Porto (Concelho de Alcobaça), assumindo uma posição de interface entre estes dois aglomerados. Sendo uma povoação em contínuo desenvolvimento, tem, atualmente, como base económica, a agricultura e a fruticultura, embora a indústria de fibras de madeira e da cerâmica seja um importante pólo de desenvolvimento da freguesia. A beleza selvagem da Serra da Pescaria e da Praia do Salgado é o cenário privilegiado para a prática de desportos de natureza e de ar livre, com especial destaque para o parapente.

De cariz essencialmente rural e agrícola, tem a sua origem associada aos habitantes de Paredes da Vitória, que no início do século XVI, aqui se vieram fixar. Estes habitantes trouxeram com eles o culto de N^a Sr.^a da Vitória, facto que provocou atritos entre os novos e os antigos moradores. Nessa época, a povoação estava dividida em Famliação de Baixo, que pertencia a Alfeizerão, e em Famliação de Cima, que pertencia à Pederneira, e para o qual vieram os habitantes de Paredes. Até ao século XVIII esta divisão manteve-se, altura em que o conflito das duas foi “vencido” por Famliação de Cima, unificando-se numa só povoação, Famliação. Este aglomerado começou a crescer enquanto freguesia, sob a proteção do seu orago – N^a Sr.^a da Vitória. Famliação também

**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILICÃO**

fazia parte dos domínios de Cister, tendo sido vigiaria de apresentação do Mosteiro de Alcobaça, passando posteriormente a priorado.

A sua estrutura urbana apresenta um desenvolvimento fusiforme, resultado da tendência de formação do contínuo urbano claramente suportado pelo principal eixo viário, a EN242, evidenciando o determinante fator dos caminhos pré-existentes que estabeleceram uma ocupação urbana espontânea, e não a apetência para a organização do espaço. Esta situação encontra-se necessariamente associada à atividade económica (a agricultura) e à estrutura da propriedade (que se caracteriza por ser pequena e fragmentada).

A EN242 atravessa longitudinalmente o núcleo urbano, tendo-se constituído como o principal eixo de desenvolvimento do aglomerado, pelo que o seu povoamento assume características claramente lineares/tentaculares. É ainda atravessado no seu extremo Sudeste pela linha do Oeste que constituiu uma barreira física relevante, verificando-se uma ocupação rarefeita do aglomerado a nascente desta – grande parte desta área foi classificada com espaço industrial no atual PDM, não se tendo observado uma significativa dinâmica de ocupação deste espaço nos anos mais recentes. Este tipo de povoamento, que se estrutura em função e/ou ao longo de um eixo viário importante, levou a que a zona central de Famalicão fosse atravessada por um eixo de grande fluxo rodoviário, acabando por gerar diversos conflitos entre a circulação viária e a vivência local (acessos às diferentes propriedades marginais à via, circulação pedonal, atravessamentos, etc.).

A ocupação urbana mais recente ocorre, tendencialmente, na periferia do núcleo primitivo e ao longo das vias, deixando no interior do tecido urbano um vasto conjunto de espaços intersticiais, que, quando não se encontram associados à agricultura familiar, estão votados ao abandono.

Com a ocupação das áreas marginais do aglomerado, assim como a tendência para a edificação noutros aglomerados da freguesia, com uma localização geográfica e visibilidade mais privilegiada em relação ao mar, designadamente na Serra da Pescaria, vem-se assistindo ao abandono e à degradação dos núcleo primitivo, onde se insere esta ARU. De referir que o estado de conservação do aglomerado não depende somente das condições de utilização dos edifícios, mas também da qualidade estética do conjunto em que se inserem.

Quanto à estrutura funcional do lugar de Famalicão, onde se localiza a ARU em apreço, apresenta relativa autonomia, ao nível do comércio, serviços e equipamentos de proximidade. A dependência à sua sede de concelho e ao concelho de Alcobaça verifica-se ao nível de oferta de emprego, e de estruturas (equipamentos coletivos e serviços) de nível superior. Esta ARU engloba algumas características que estabelecem a sua centralidade, identidade cultural e valores patrimoniais, salientando-se, p.e., as Festas em Honra de N. S. Vitória, padroeira de Famalicão, com as afamadas tasquinhas com comida regional, celebradas anualmente em agosto. Contém edifícios de valor

**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILIÇÃO**

histórico, designadamente Igreja de N.ª Sr.ª da Vitória – Igreja Paroquial de Famalicão, e outros edifícios que, localizando-se fora da área da ARU, detém grande valor patrimonial, designadamente, a Igreja de São Gião – Imóvel Classificado de Monumento Nacional, localizada na base da vertente poente da Serra da Pescaria, e abrangida pela Zona Especial de Proteção, com restrições de *Zona non aedificandi*, em elevado estado de degradação, bem como a Casa da Quinta do Castelo / Casa das Janelas e Capela, situada no sopé do monte onde se localiza a Torre de D. Framondo, nas proximidades da linha de caminho-de-ferro e da A8, que não sendo imóvel classificado, pensa-se que possa ter ligação com a antiga granja cisterciense. Dentro da ARU do aglomerado urbano de Famalicão localiza-se ainda a E.B.1 de Famalicão e o jardim-de-infância de Famalicão, sendo que na sua envolvente se encontram alguns equipamentos coletivos e serviços públicos, tais como a Junta de Freguesia de Famalicão, a Universidade Sénior da Nazaré – Pólo de Famalicão, o Centro Social da Freguesia de Famalicão, o Clube Recreativo Estrela do Norte, a Unidade de Saúde Familiar Global - Pólo Famalicão e o Mercado Municipal de Famalicão.

1.3. Estratégia

1.3.1 Enquadramento nas opções de desenvolvimento estratégico

A Estratégia de desenvolvimento urbano sustentável da Nazaré está alinhada com os Objetivos estratégicos, os Eixos prioritários e as Prioridades de investimento do POR-CENTRO 2020, o qual integra, por sua vez, idênticos parâmetros dos instrumentos estratégicos e programáticos Europa 2020 e Portugal 2020.

1.3.1.1 Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT)

Do PROTOVT decorrem orientações no sentido de promover a concentração da edificação em núcleos urbanos ou rurais, contrariando formas de povoamento disperso ou linear e a expansão difusa e extensiva dos aglomerados urbanos.

Segundo o mesmo, a aposta na concentração do edificado passa por privilegiar a reconversão, a reestruturação, a reabilitação ou requalificação das áreas edificadas servidas por infraestruturas e equipamentos, em detrimento de novas áreas de expansão.

No futuro, o modelo territorial procurará consolidar o existente, promovendo a aglomeração, a colmatação e a inter-relação entre as infraestruturas e a edificação. Por sua vez, a regeneração urbana do centro antigo, a promoção da qualidade urbanística e do comércio e dos serviços, a harmonização territorial dos usos e atividades e a proteção e valorização dos recursos e valores naturais, devem ser pilares estruturantes para a prossecução destes objetivos. Nesse sentido, é

**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILICÃO**

necessário identificar as áreas a sujeitar a requalificação urbana, com especial incidência na melhoria dos espaços públicos, dos equipamentos e serviços, e na valorização do património edificado e do centro antigo.

Simultaneamente, a preservação e valorização do património e dos valores culturais deverão ser fatores a considerar no processo de reabilitação urbana.

1.3.1.2 Plano Diretor Municipal da Nazaré (PDMN)

Entre os Objetivos consagrados no Regulamento do PDM da Nazaré (artigo 4º) salientam-se apoiar uma política de desenvolvimento que permita a utilização dos recursos naturais e humanos, sem que tal coloque em causa o seu equilíbrio ambiental e social e estabelecer a disciplina de edificabilidade que permita preservar os valores urbanísticos, paisagísticos e patrimoniais.

Conforme carta de ordenamento do PDMN, a ARU do aglomerado urbano de Famalicão está classificada como Espaço Urbano, nível III.

1.3.2 Opções Estratégicas

1.3.2.1 Eixos Estratégicos

Neste contexto, na perspetiva da visão do município para o desenvolvimento urbano que assenta num sistema urbano qualificado, em articulação com a rede urbana regional, propiciando elevados padrões de conforto, funcionalidade, coesão e eficiência, para viver, trabalhar e empreender, definem-se os seguintes **eixos estratégicos**:

1. Estruturação e qualificação dos espaços públicos, com prioridade à resolução dos défices de qualidade dos espaços centrais e vitais para a revitalização de funções económicas, sociais e culturais, e para a vivência urbana dos residentes e visitantes.
2. Promoção da mobilidade urbana sustentável, com prioridade ao peão;
3. Reabilitação do património, valorizando o património imaterial, edificado e natural melhorando as suas condições funcionais, de segurança e ambientais;
4. Reforço da coesão social e territorial, promovendo a igualdade de oportunidades urbanas e a regeneração (física, económica e social) das comunidades desfavorecidas;
5. Renovação da singular identidade territorial da Nazaré, através do desenvolvimento de uma atitude coletiva de proteção e promoção da valia e simbolismo de espaços de referência, imóveis patrimoniais.



**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILICÃO**

1.3.2.2 Estratégias Específicas

A estratégia de intervenção na ARU deverá ter em consideração os seguintes fatores que constituem oportunidades e que deverão ser valorizados, com relevo para os seguintes opções estratégicas específicas:

1. Melhorar a qualidade de vida e a coesão social dos residentes;
2. Requalificar o espaço público;
3. Melhorar as condições de conforto urbano, designadamente ao nível do mobiliário urbano e infraestruturas;
4. Melhorar as condições de mobilidade, da circulação automóvel e do estacionamento, reduzindo as emissões de carbono e incrementando a eficiência energética;
5. Revitalizar e qualificar as condições e os fatores que proporcionem o reforço e a diversificação das atividades económicas e a criação de emprego;
6. Promover a acessibilidade como elemento fundamental na qualidade de vida dos cidadãos;
7. Renovar e reforçar os fatores da identidade territorial, cultural e social de Famalicão;
8. Reabilitar o edificado;
9. Proteger, conservar e valorizar o património cultural edificado como fator de identidade e diferenciação urbana;
10. Mobilizar a participação dos atores urbanos e do investimento privado na regeneração urbana.

2. Quadro de Benefícios Fiscais

Os apoios e incentivos a atribuir na ARU do aglomerado urbano de Famalicão são de natureza fiscal, financeira e administrativa.

De acordo com o disposto na alínea b) do artigo 14º do RJRU, a delimitação de uma ARU confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos a património cultural.

Saliente-se ainda o disposto na alínea e) do artigo 30º do citado diploma legal, que determina que com a delimitação de uma ARU, fica o município obrigado à apresentação de um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos e propor soluções de financiamento.



**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILICÃO**

2.1 Incentivos relativos aos Impostos Municipais sobre o Património

Na delimitação de área de reabilitação urbana, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 13º e da alínea a) do artigo 14º do Decreto-Lei 307/2009 de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012 de 14 de agosto (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – RJRU), o município está obrigado a definir os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, nos termos da legislação aplicável.

IMT

São isentas de IMT as aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na ARU.

[cfr. n.º 8 e 19, do art.º 71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais]

2.2 Outros Benefícios decorrentes do Estatuto dos Benefícios Fiscais

Além do benefício previsto no ponto anterior, a delimitação da ARU confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso a um conjunto de outros incentivos fiscais e financeiros, consagrados no Estatuto dos Benefícios Fiscais e legislação aplicável:

IRS

Dedução à coleta, em sede de IRS, de 30% dos encargos já suportados pelo proprietário, relacionados com a reabilitação de edifício, até ao limite de 500€.

[cfr. n.º4, do art.º 71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais]

IVA

IVA à taxa reduzida de 6% nas empreitadas de reabilitação urbana, realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em ARU, ou no âmbito de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

[cfr. alínea a), do n.º1, do art.º18 e n.º 2.23 da Lista I do Código do IVA]



**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILICÃO**

Rendimentos Prediais

Tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS, residentes em território português, quando inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis, após a realização das obras de recuperação.

[cfr. n.º6, do art.º 71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais]

Mais-valias

Tributação à taxa reduzida de 5% das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis situados em ARU, recuperados nos termos da estratégia de reabilitação.

[cfr. n.º5, do art.º 71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais]

2.3 Outros Benefícios e Incentivos

A reabilitação do edificado, na área delimitada em ARU, beneficiará ainda da política do município de incentivo à reabilitação urbana através da redução de taxas administrativas e criação de condições que facilitem e promovam projetos de reabilitação urbana:

- Redução em 25% das taxas relativas a urbanização, edificação, reforço de infraestruturas e aproveitamento do domínio público municipal durante o decorrer das obras de reabilitação de edifícios;
- Redução em 50% das taxas devidas pela realização de vistorias necessárias à determinação do nível de conservação do imóvel, para acesso aos benefícios ao abrigo do art.º 71 do estatuto dos benefícios fiscais;
- Apoio na identificação de fontes de financiamento à reabilitação urbana e eficiência energética, para acesso a fundos no âmbito da política de coesão da União Europeia e novos instrumentos de engenharia financeira.

2.4 Condicionantes

Os benefícios fiscais ao abrigo do artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais apenas serão concedidos quando comprovadamente as obras de reabilitação tenham realizado um aumento de dois níveis do estado de conservação do imóvel ou fração. Para este efeito serão realizadas duas



**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILICÃO**

visitas técnicas pelos serviços municipais, antes e após conclusão da ação de reabilitação, para certificar o nível de conservação, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, mediante a aplicação da Ficha de Avaliação do Nível de Conservação dos Edifícios, com base na Portaria n.º 1192-B/2006 de 3 de novembro.

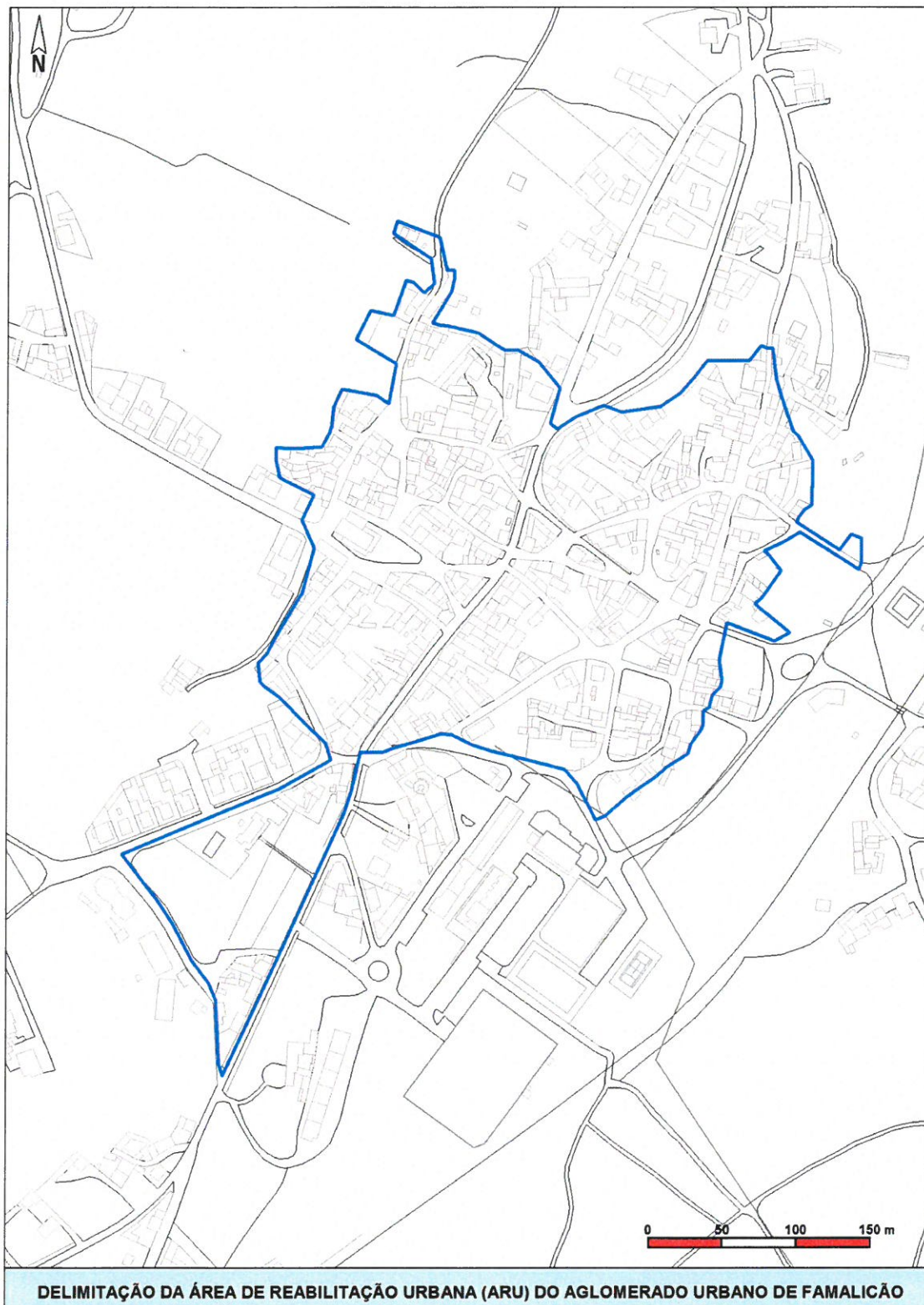
Para efeitos do disposto no n.º 22 do artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, entende-se por ações de reabilitação as intervenções destinadas a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, ou às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às suas frações, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção.

Os apoios e incentivos financeiros e fiscais à reabilitação do edificado serão atribuídos a intervenções que se enquadrem, cumulativamente, nas definições de reabilitação urbana e reabilitação de edifícios constantes no RJRU, não se aplicando a construções a edificar em lotes vazios.


Conforme disposto no n.º 20 e 21 do artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os benefícios e incentivos mencionados em 2.1 e 2.2 são aplicáveis a imóveis objeto de ações de reabilitação, localizados na ARU, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020.

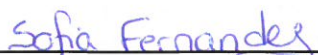
PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
DO AGLOMERADO URBANO DE FAMILIÇÃO

3. Planta de Delimitação da ARU do Aglomerado Urbano de Familiarção



Fonte: SIG Municipal


Maria Teresa Quinto, Arqt.^a


Sofia Fernandes, Geógrafa